



REFORMA ADMINISTRATIVA: DESTRUIÇÃO DO ESTADO



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020, encaminhada pelo Presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional faz parte do plano de ajuste fiscal da equipe econômica de Paulo Guedes. Com o pretexto de reduzir gastos públicos, o objetivo é aplicar no setor público a gestão privada, favorecendo grupos empresariais ávidos em abocanhar recursos do Estado.

O governo diz que atacará privilégios, mas não mexe com a casta privilegiada como parlamentares, ministros de tribunais, juízes, desembargadores, promotores e procuradores. Com apoio da grande imprensa, porta voz dos interesses privados, o governo ataca os servidores que estão na linha de frente do atendimento ao público, culpando-os pela ineficiência dos serviços públicos e omite que os problemas se devem à falta de investimento no setor.

Fala-se em modernização das atividades com economia de gastos, meritocracia para alcance na carreira e fim da estabilidade, como forma de se evitar a suposta acomodação dos trabalhadores. Na verdade, as consequências da Reforma serão o sucateamento dos serviços públicos com a precarização do trabalho e a transformação dos cargos públicos, hoje acessados por concursos, em moeda de troca na distribuição de favores

a apoiadores dos governantes de ocasião, além de possibilitar a perseguição aos trabalhadores. Sem contar que facilitará a venda de empresas públicas.

A PEC torna “nula a concessão de estabilidade no emprego ou de proteção contra a despedida para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não seja aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada”. Uma nova lei ordinária passará a reger critérios e procedimentos para demissões.

Assim como as reformas trabalhistas e da previdência, a Reforma Administrativa prejudicará o conjunto da classe trabalhadora ao destruir a proteção estatal, direito da população. O plano do governo é dar mais espaço para que as Organizações Sociais (OS) substituam as iniciativas que hoje precisam de concurso público e, assim, aparelhem o Estado. A falsa ideia de enxugar o Estado significa, na prática, o controle de órgãos ou setores da administração pública por representantes de grupo de interesses corporativos.

É o Estado mínimo para o povo que paga seus impostos e máximo para os grandes capitalistas.

Leia e assine o MANIFESTO PELA FRENTE ÚNICA DE ESQUERDA NO BRASIL
através do link: <https://forms.gle/evs2hav32pkRDizQ9>



ORGANIZAR A RESISTENCIA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES



**Defender o SERPRO
e a DATAPREV**

se é público, é para
TODO

A direção do SERPRO deu para trás em relação ao Acordo Coletivo e, aproveitando-se da pandemia, toma medidas que mostram a intenção de privatizar: fechou escritórios; tenta mudar o SERPROS (Fundo Multipatrocinado de Previdência Complementar) do Rio de Janeiro para o Distrito Federal; abandonou a política de software livre; criou norma para censura os trabalhadores; deslocou psicólogos da área de saúde para área de carreiras mostrando descaso com a saúde dos seus empregados em plena pandemia; realocou o pessoal de atendimento no Espaço SERPRO Cidadão para a área de gestão de pessoas, talvez com a intenção de encerrar estas atividades.

Com a DATAPREV não é diferente. Foi a primeira a fechar regionais e a demitir vários dos seus trabalhadores. Um processo tão inesperado, que a regional de Minas Gerais, que acabara de se mudar para dividir a sede com o Serpro, sequer desembalou os moveis comprados, pois subitamente chegou a ordem de fechar a regional. Trabalhadores de uma vida inteira de dedicação à empresa foram descartados da noite para o dia. Alguns dos trabalhadores preservaram seus empregos porque houve resistência.

A luta contra as privatizações está na ordem do dia e não é só dos trabalhadores do SERPRO e da DATAPREV. É muito maior, pois abrange todas as estatais na mira da privatização. Chamamos os trabalhadores a defender as empresas públicas. Se é público, é de todos! Diga não à privatização. Vamos juntos organizar a resistência.

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA CEMIG



O governador Romeu Zema (Novo-MG) voltou a defender a privatização da CEMIG. A empresa é a principal estatal de energia elétrica do Brasil, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia. É lucrativa e cumpre sua função social.

O marco do processo de privatização do setor é o racionamento energético de 2001, gerado pela falta de planejamento e investimentos. Além da piora nos serviços e aumento das tarifas, houve demissão em massa de trabalhadores qualificados, substituídos por trabalhadores terceirizados, com contratos precarizados, falta de treinamento e aumento no número de acidentes de trabalho.

ZEMA QUER VOLTA ÀS AULAS SEM SEGURANÇA SANITÁRIA



Romeu Zema (Novo-MG) anunciou o retorno às aulas presenciais em 5 de outubro, em meio a pandemia, sem, sequer, apresentar um plano sobre a segurança sanitária desse retorno e sem ter realizado nenhuma melhoria na infraestrutura das escolas.

A retomada das aulas presenciais no ano de 2020, sem a vacina e sem a efetivação de protocolos sanitários de acordo com as recomendações científicas, colocará em risco a vida e a saúde de profissionais da educação, de estudantes e suas famílias. É preciso debater com os trabalhadores a necessidade de se exigir a suspensão do ano letivo.